

KUPFER, D. Os Sem-Emprego. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 06/02/2005.

Os Sem-Emprego

06/02/2005

Como foi amplamente noticiado, pela primeira vez desde o início, em 2001, da nova versão da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, a taxa de desemprego caiu para um dígito. Com os 9,6% de dezembro, a taxa de 2004 ficou em 11,5%, contra 12,3% no ano anterior.

Embora a reversão da tendência de ampliação do desemprego, que já durava quase uma década, mereça registro, não há, de fato, muito o que celebrar. Os dados da PME de dezembro também revelam que a queda na desocupação baseou-se na criação de mais empregos informais ou sub-remunerados, já que foram esses os segmento do mercado de trabalho que apresentaram expansão mais significativa em 2004. Diga-se de passagem, essa é, também, a principal razão pela qual o salário médio insiste em se manter em trajetória de queda, a despeito do bom desempenho da produção no ano passado.

Se os dados sobre a evolução recente do mercado de trabalho podem parecer algo confusos ou até contraditórios, nada melhor do que virar a lente para um período histórico mais longo. Segundo as Contas Nacionais do IBGE, entre 1990 e 2003 o emprego total na economia brasileira expandiu-se de 58,5 milhões para 67,3 milhões de trabalhadores, um acréscimo de cerca de 8,8 milhões de postos de trabalho (15%). Em 13 anos, portanto, isso significou a criação média de somente 673 mil empregos anuais ou uma taxa média anual de expansão de 1,08%. São números claramente insuficientes, principalmente quando se sabe que a entrada de novos postulantes a trabalho no Brasil é da ordem de 1,7 milhão de pessoas por ano.

Se os números da geração de empregos, observados no nível agregado, parecem pouco animadores, quando analisados em termos da composição estrutural tornam-se assustadores. Como mostra a tabela, no período 1990-2003, seis atividades apresentaram geração positiva de empregos. São elas: “Comércio”, “Serviços pessoais e sociais”, “Serviços empresariais”, “Transportes e comunicações”, “Administração pública” e “Serviços não-mercantis”. Em conjunto, esses setores foram responsáveis pela geração de 12 milhões de novos empregos, cerca de 40% da base existente em 1990.

Em especial, “Serviços empresariais”, como consequência do pujante movimento de terceirização da década de 1990, destacou-se como o setor mais dinâmico, proporcionando uma expansão do emprego de 120% no período. No entanto, em números absolutos, os principais responsáveis pela geração de empregos no Brasil foram os setores

“Comércio”, “Serviços pessoais” e “Serviços não-mercantis”, não por acaso as atividades que concentram a maior parte do subemprego e da informalidade no mercado de trabalho brasileiro.

Evolução do Emprego no Brasil: 1990 a 2003
(milhões de pessoas)

Atividades	2003	Varição em relação a 1990
Criaram empregos		
Comércio	11,3	3,7
Serviços Pessoais e Sociais	10,4	2,9
Serviços Não Mercantis	6,3	2,2
Serviços Empresariais	3,2	1,8
Transporte e Comunicações	3,1	0,8
Administração Pública	6,4	0,7
Sub-total	40,7	12,1
Eliminaram empregos		
Agropecuária	12,7	(2,2)
Indústria	8,8	(0,6)
Insumos Básicos	1,9	(0,3)
Alta Tecnologia	1,2	(0,1)
Tradicional	5,7	(0,1)
Construção e Utilidades	4,0	(0,2)
Financeiro e Aluguéis	1,1	(0,2)
Sub-total	26,6	(3,3)
Total	67,3	8,8

Fonte: GIC-IE/UFRJ com base em IBGE - Contas Nacionais, 1990 e 2003, valores aproximados

Dentre as atividades que eliminaram empregos, que incluem os comercializáveis - “Agropecuária” e “Indústria” - e ainda “Construção civil e Utilidades Públicas” e “Setor Financeiro e Aluguéis”, destaca-se o ramo “Agropecuário” que apresentou uma contração de 14,8% (2,2 milhões de pessoas). Já o setor “Financeiro e Aluguéis” reduziu seu contingente de pessoal em quase 20%. A “Indústria” eliminou pouco mais de 600 mil empregos nesses treze anos, uma redução de 6,6% em relação à base existente em 1990.

Chama a atenção o fato de que o maior contingente de desempregados industriais está nos setores de insumos básicos (mineração, siderurgia, metalurgia, química, cimento, etc.) e de maior conteúdo tecnológico (automóveis e autopeças, bens de capital, bens eletrônicos, etc.), exatamente aqueles que pagam os melhores salários. São também os setores que capitanearam o processo de modernização com expansão das exportações do período. Mesmo as indústrias tradicionais (alimentos, têxtil, vestuário, calçados, papel e gráfica, etc.), intensivas em mão-de-obra, não foram capazes de gerar empregos no período analisado. Finalmente, a construção civil parece se encontrar em um estado de “hibernação”. De tradicional carro-chefe da criação de empregos, tornou-se uma atividade desempregadora, mesmo não tendo incorporado progresso tecnológico no ritmo tão acelerado quanto o verificado na indústria e no setor financeiro.

É certo que o problema do emprego no Brasil atual apresenta uma dimensão quantitativa e outra qualitativa. A dimensão quantitativa – gerar empregos – pode e deve ser enfrentada com doses sucessivas de crescimento econômico, como aliás os dados de 2004 parecem evidenciar. O problema qualitativo – gerar empregos de qualidade - depende

adicionalmente de políticas de emprego eficazes.

Primeiro, como o processo de modernização do campo brasileiro, motivado pelo rápido desenvolvimento do agronegócio de exportação, de alta produtividade, está longe de completar-se, é provável que a agropecuária permaneça como um foco de eliminação de empregos, a menos que políticas compensatórias, agrícolas e agrárias, redefinam espaços para a agricultura familiar e de subsistência. Segundo, vem se tornando lugar comum afirmar que a indústria não tem mais capacidade de criar postos de trabalho. Mas mesmo que não possa mais fazê-lo diretamente, a indústria tem o poder de fazê-lo indiretamente, como espaço privilegiado de geração de demanda de trabalho nos segmentos de serviços de maior qualificação. Para isso, é necessário criar os incentivos para que essas demandas possam florescer. Terceiro, a reativação da construção civil certamente terá um papel importante na geração de empregos, em especial, se essa reativação incluir a construção habitacional, saneamento e outras atividades intensivas em mão-de-obra.

São todas iniciativas que parecem cada vez mais distantes das prioridades da política econômica. Todo esse quadro não deixa dúvida de que o modelo econômico brasileiro é perverso em relação ao mercado de trabalho. O enorme contingente dos sem-emprego que o diga.

David Kupfer é professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Grupo de Indústria e Competitividade (GIC-IE/UFRJ – www.ie.ufrj.br/gic - gic@ie.ufrj.br)